

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR**

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Imobilizado e Intangível

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou o saldo de R\$ 574.846 mil no Ativo Imobilizado e Intangível. A Companhia contratou empresa especializada para realizar o levantamento patrimonial dos bens do imobilizado e intangível, conforme determina a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado e teste de recuperabilidade – *Impairment*, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos; no entanto os trabalhos ainda não foram finalizados, e não foram realizados os devidos registros contábeis de acordo com o levantamento realizado. Conseqüentemente não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 24 de março de 2023, com modificação de opinião similar ao parágrafo “Base para opinião com ressalva” acima; e sobre “Depósitos Judiciais” e Passivos Contingentes”, que foram regularizados no decorrer do exercício de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2023. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 20 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER
MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.04.08 16:13:43 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

JONES NICOLAS
SCHNEIDER:03773772955

Assinado de forma digital por JONES NICOLAS
SCHNEIDER:03773772955
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=76085620000132,
ou=videoconferencia, cn=JONES NICOLAS
SCHNEIDER:03773772955
Dados: 2024.04.08 16:21:21 -03'00'

Jones Nicolas Schneider
Contador CRC PR 054.669/O-9
Sócio

Demonstrações financeiras

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS
PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

*31 de dezembro de 2023 com relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações financeiras*

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	325.739	210.416
Contas a receber	5	21.282	20.019
Impostos a recuperar	6	1.280	41.734
Estoques	7	15.135	15.888
Despesas de exercícios seguintes		82	602
Adiantamentos a empregados	8	1.159	1.194
Outros créditos	10	132.882	-
		<u>497.559</u>	<u>289.853</u>
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	10.994	-
Depósitos judiciais	9	453.316	533.363
Outros créditos	10	1.405	3.478
Imobilizado	11	570.746	595.933
Intangível	11	4.100	2.728
		<u>1.040.561</u>	<u>1.135.502</u>
Total do ativo		<u><u>1.538.120</u></u>	<u><u>1.425.355</u></u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		6.729	19.611
Obrigações trabalhistas	12	15.037	14.885
Obrigações fiscais	13	11.772	9.274
Adiantamentos de clientes	14	17.889	10.561
		<u>51.427</u>	<u>54.331</u>
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	13	260.464	354.405
Provisões de contingências	15	184.101	176.654
Impostos e contribuições diferidos		4.126	-
		<u>448.691</u>	<u>531.059</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	1.086.444	1.086.444
Prejuízos acumulados	16a	(48.442)	(246.479)
Total do patrimônio líquido	16c	<u>1.038.002</u>	<u>839.965</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.538.120</u></u>	<u><u>1.425.355</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Demonstração do resultado do exercício**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	17	620.960	434.009
Custo dos serviços prestados	18	(286.350)	(218.729)
Lucro bruto		334.610	215.280
Receitas (despesas) operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(208.832)	(157.014)
Outros resultados operacionais		30.740	236.147
Lucro operacional antes do resultado financeiro		156.518	294.413
Receitas financeiras		75.197	35.959
Despesas financeiras		(400)	(42)
Resultado financeiro	20	74.797	35.917
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		231.315	330.330
Imposto de renda e contribuição social correntes		(38.510)	(17.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.126)	-
Resultado líquido do período	16	188.679	313.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	188.679	313.199
Outros resultados abrangentes	9.357	(3.281)
Total do resultado abrangente do período	<u>198.037</u>	<u>309.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.086.444	(556.397)	530.047
Resultado líquido do período	-	313.199	313.199
Ajuste de exercícios anteriores	-	(3.281)	(3.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.086.444</u>	<u>(246.479)</u>	<u>839.965</u>
Resultado líquido do período	-	188.678	188.679
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.357	9.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.086.444</u>	<u>(48.443)</u>	<u>1.038.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	188.679	313.199
Depreciações e amortizações	38.672	36.992
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	7.447	(266.989)
Tributos diferidos sobre o lucro	4.126	-
Ajuste de exercícios anteriores	9.358	(3.281)
	<u>248.282</u>	<u>79.921</u>
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.263)	(12.167)
Estoques	753	(2.344)
Tributos a recuperar	29.460	(4.502)
Despesas antecipadas	520	(172)
Depósitos judiciais	80.047	(11.676)
Demais créditos	(130.774)	(63.568)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(12.882)	(14.220)
Obrigações sociais e trabalhistas	152	1.032
Impostos e contribuições a recolher	(91.443)	54.534
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	7.328	(785)
	<u>130.180</u>	<u>26.053</u>
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
	<u>130.180</u>	<u>26.053</u>
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(14.859)	(36.067)
Baixa do imobilizado e intangível	2	67
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(14.857)</u>	<u>(36.000)</u>
	<u>(14.857)</u>	<u>(36.000)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>115.323</u>	<u>(9.947)</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	210.416	220.363
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>325.739</u>	<u>210.416</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>115.323</u>	<u>(9.947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 31 de janeiro de 2024.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos conta movimento	80.823	20.764
Bancos conta vinculada (i)	1.052	1.392
Aplicações financeiras (ii)	302.536	273.848
Aplicações financeiras (iii)	(58.671)	(85.588)
	<u>325.739</u>	<u>210.416</u>

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Contrato	Cliente/Prestador	2023	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	15	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	370	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	112	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	17	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	34	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	97	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	233	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	-	001	0259-3	68.576-3
053/2022	Gaesan Eng. Consultoria Técnica Ltda	-	001	259-3	67.901-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	21	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	136	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	-	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
		1.052			

- (ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
- (iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 é de R\$21.282 (R\$20.019 em 31 de dezembro de 2022). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2023	2022
A vencer	16.872	15.660
Vencidos até 30 dias	39	57
Vencidos de 30 a 180 dias	31	333
Vencidos a mais de 180 dias (i)	4.340	3.969
	21.282	20.019

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	307.700	300.376
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(300.376)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

<u>Cliente</u>	<u>Valor original</u>
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
AIG Seguros Brasil S/A	299
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	797
	<u>4.332</u>

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007 (hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Em 2023 com o andamento da ação e decisão favorável em 1ª instância, o juízo federal decidiu em sentença que os depósitos devem cessar a partir da data da decisão (maio de 2023) e que os valores faturados seriam totalmente recolhidos pela Autoridade Portuária.

(iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***6. Tributos a recuperar**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	30.559
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.994	10.994
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	<u>12.274</u>	<u>41.734</u>
Circulante	1.280	41.734
Não circulante	10.994	-

7. Estoques

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2023 é de 15.135 e em 31 de dezembro de 2022 é de 15.888

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Férias	1.159	1.194
Total	<u>1.159</u>	<u>1.194</u>

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhistas (i)	16.590	50.318
Tributos (ii)	277.928	378.225
Cíveis	100.126	19.232
Outros (iii)	58.672	85.588
Total	<u>453.316</u>	<u>533.363</u>

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a parte do IR e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.
- (iii) O valor de R\$58.672 em 31 de dezembro de 2023 e R\$85.588 para 31 de dezembro de 2022 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2023	2022
Trabalhistas	16.589	2.784
Cíveis	100.126	82.804
	116.715	85.588

10. Outros créditos

	2023	2022
Convênio 54/2018 FUNESPAR	-	1.235
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	88	65
Provisão de IRRF sobre aplicações	-	861
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (i)	132.882	-
	134.287	3.478
Circulante	132.882	-
Não circulante	1.405	3.478

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

- (i) Refere-se ao valor de indenização da Petrobras Transporte S.A (Transpetro) por descumprimento de contrato de arrendamento no valor de 132 milhões, pois a obrigação de investimento de construção do Píer de Combustíveis, Gases e Álcoois prevista na Cláusula 4.3 do Contrato de arrendamento 015/2006. O acordo entre as partes foi fechado em dezembro de 2023 no âmbito da Ação Ordinária nº 5012723-02.2019.4.04.7000.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

11. Imobilizado e intangível

Imobilizado

	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática e Tecnologia	Instalações	Equipamentos de medição	Imobilizado em andamento	Total
31 de dezembro de 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	60	-	-	474	3.301	-	-	31.459	35.294
Baixas	(2.374)	-	-	(337)	(151)	-	-	-	-	-	(2.862)
Depreciação	-	-	(8.120)	(3.346)	(14.660)	(297)	(955)	(9.402)	(3)	-	(36.783)
Transferência	-	-	39.305	-	-	-	-	-	-	(39.305)	-
Baixa da depreciação	2.374	-	-	283	138	-	-	-	-	-	2.795
31 de dezembro de 2022	-	135.254	182.622	29.016	142.202	1.926	3.773	46.320	16	54.804	595.933
Aquisições	-	-	-	-	677	242	952	-	-	11.320	13.191
Baixas	-	-	-	-	-	(40)	-	-	-	-	(40)
Depreciação	-	-	(9.278)	(2.604)	(14.860)	(308)	(1.921)	(9.402)	(3)	-	(38.376)
Transferência	-	-	8	-	9.554	-	-	-	-	(9.562)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	38	-	-	-	-	38
31 de dezembro de 2023	-	135.254	173.352	26.412	137.573	1.858	2.804	36.918	13	56.562	570.746

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)*Intangível

	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
31 de dezembro de 2021	435	1.729	2.164
Aquisições	-	773	773
Amortização	(209)	-	(209)
31 de dezembro de 2022	226	2.502	2.728
Aquisições	503	1.165	1.668
Amortização	(296)	-	(296)
31 de dezembro de 2023	433	3.667	4.100

Em consonância com os Princípios Contábeis Brasileiros e Normas Internacionais de Contabilidade, a administração da Portos do Paraná esclarece a situação de um inventário em andamento que não foi encerrado até o final do exercício de 2023.

O inventário em questão refere-se ao contrato nº58/2023 Consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE para a execução do levantamento e avaliação dos bens de operacionais móveis, imóveis, inventário, cálculo de vidas úteis e teste de Impairment (teste do valor recuperável), levantamento topográfico e fundiário dos ativos do Complexo Portuário da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, incluindo áreas arrendadas, assim como assessoria contábil para registro do resultado apresentado, o qual está em andamento de acordo com o cronograma que prevê a entrega do resultado em março de 2024. A administração da empresa está trabalhando diligentemente para concluir o inventário pendente o mais rápido possível, garantindo a precisão e a integridade das informações contábeis e financeiras.

Enquanto o inventário permanece em andamento, a empresa está adotando as seguintes práticas:

Continuidade na contabilização e no controle dos itens relacionados ao inventário em questão, garantindo a transparência e a acuracidade das demonstrações financeiras.

Monitoramento constante do progresso do inventário, com revisões periódicas realizadas pela administração junto à contratada para garantir a conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos.

Documentação adequada de todos os passos e decisões tomadas durante o processo de inventário, visando garantir a rastreabilidade e a prestação de contas.

12. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Ordenados a pagar	2.819	2.905
Provisão para Férias	11.765	11.588
Provisão para 13º Salário	12	-
Consignações folha	291	244
Pensões a pagar	150	148
Total	15.037	14.885

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***13. Obrigações fiscais e previdenciárias**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Encargos da Folha	5.296	7.931
Contribuição Previdenciária - INSS	1.862	1.647
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	776	721
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.658	2.488
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	1.260	2.533
Programa de Integração Social	273	543
Contribuições sobre o Faturamento	252.092	227.440
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	207.492	187.204
Programa de Integração Social - PIS	44.599	40.236
Impostos e Contribuições sobre Resultados	8.372	126.966
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8.372	33.520
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	93.446
Encargos Retidos de Fornecedores	4.943	1.342
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	733	467
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	469	(40)
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	2.432	745
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.309	170
	<u>272.236</u>	<u>363.679</u>
Circulante	11.772	9.274
Não circulante	260.464	354.405

Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide NA Justiça Federal em relação a parte do IR e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS, e em consequência a esse levantamento e da decisão judicial realizamos a baixa na conta de IRPJ a pagar no valor de 93,446 milhões.

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2023 o valor desta conta é de R\$17.889 e de R\$10.561 em 31 de dezembro de 2022.

15. Provisões judiciais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhistas	65.485	119.069
Cíveis	89.178	28.149
Precatórios (i)	29.438	29.436

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Total	<u>184.101</u>	<u>176.654</u>
-------	----------------	----------------

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi um lucro de 188,679 milhões de reais e para o exercício de 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou um lucro contábil de 313,199 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 195,190 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 299,800 milhões.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
EBITDA	194.903	330.914
EBITDA Ajustado	299.800	366.001
Margem EBITDA	31%	76%
Margem EBITDA Ajustado	48%	84%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2023 é de R\$48.442 e de R\$246.479 para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

17. Receita operacional

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	211.330	184.978
Infraestrutura de Acostagem	17.337	10.511
Infraestrutura Operacional Terrestre	89.060	75.331
Receitas de Armazenagem	3.165	4.403
Receitas por Utilização de Equipamentos	46.221	33.181
Diversos Padronizados	6.110	3.949
Contratos de Arrendamento	275.025	170.982
Receitas Complementares	13.006	1.223
Receita operacional bruta	661.254	484.558
(-) Deduções da receita	(40.294)	(50.549)
Receita operacional líquida	620.960	434.009

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014. A partir de junho de 2023, as contribuições são apuradas no regime cumulativo, mediante a decisão que reconheceu a imunidade da empresa em relação aos impostos federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

18. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2023	2022
Custos da Infraestrutura Marítima	(128.812)	(71.815)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(2.326)	(7.206)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(24.589)	(8.209)
Custos Diversos Padronizados	(4.281)	(3.606)
Custos Indiretos	(126.342)	(127.893)
Total	(286.350)	(218.729)

19. Despesas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2023	2022
Despesas com Pessoal Adm.	(78.467)	(52.435)
Serviços de Terceiros e Utilidades	(72.460)	(43.989)
Despesas Gerais	(19.233)	(23.598)
Depreciação	(38.376)	(36.783)
Amortização	(296)	(209)
Total	(208.832)	(157.014)

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	2023	2022
Despesas PCLD (i)	(7.323)	(29.229)
Outras Despesas Operacionais (ii)	(97.287)	(5.858)
Outras receitas(despesas) não recorrentes	135.350	271.234
Total	30.740	236.147

(i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).

(ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).

(iii) O lançamento da reversão das provisões judiciais após a reclassificação jurídica de provável para possível, teve reflexo na linha Outras Receitas (sem impacto fiscal na apuração do LALUR, pois a despesa realizada quando do lançamento da provisão não foi dedutível).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

20. Resultado financeiro líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	290	128
Rendimento de aplicação financeira	36.762	35.831
Variações Monetárias Ativas	38.142	-
Outras Receitas Financeiras	3	-
Total	<u>75.197</u>	<u>35.959</u>
Despesa financeira		
Juros pagos	(372)	-
Descontos Financeiros	-	(2)
Tarifas bancárias	(28)	(40)
Total	<u>(400)</u>	<u>(42)</u>
Resultado financeiro	<u>74.797</u>	<u>35.917</u>

21. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>
Caixa e equivalente de caixa	325.739
Contas a receber	21.282
	<u>347.021</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

<u>Entidades controlada pelo Estado do Paraná</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Copel Distribuição S.A.	683	444
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.001	1.127
	1.684	1.571

Remuneração dos conselhos (em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CONSAD - Conselho de Administração	47.892,32	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.973,09	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.979,81	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	15.165,90	2.811,38
	84.011,12	67.473,02

Quantidade de membros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	2
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	2
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	4
	21	17

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

23. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2023 a 10 de janeiro de 2024.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2023 a 27 de janeiro de 2024. O período posterior de 28 de janeiro de 2024 a 26 de janeiro de 2025 já está contratado junto à AIG Seguros Brasil S.A. O Número da Proposta é 3102402071826 e está em fase de emissão da apólice.

O seguro-garantia foi emitido em 2022 para a garantia de ação de execução fiscal movida pela Procuradoria da Fazenda Nacional contra a Portos do Paraná, no entanto após o depósito judicial exigido, a apólice foi cancelada em agosto do corrente ano.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2023	2022
Riscos operacionais	45.000	135.000
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro garantia	-	86.444

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 20 de março de 2024.

**RODRIGO
NERIS
CAVALCANTI**
:28542005864-03'00'

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Assinado digitalmente por
RODRIGO NERIS
CAVALCANTI:28542005864
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Paranaguá
Data: 2024.04.08
17:10:44
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3

**ADMINISTRACAO
DOS PORTOS DE
PARANAGUA E
ANTONINA: 9621439000191**
439000191

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

Assinado digitalmente por ADMINISTRACAO
DOS PORTOS DE PARANAGUA E
ANTONINA:9621439000191
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR, L=PARANAGUA, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=34028316000103, OU=presencial, CN=ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA:9621439000191
Razão: Este documento não garante a precisão e a integridade deste documento
Localização: Paranaguá
Data: 2024.04.08 17:11:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3